



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 10480.015444/2001-37
Recurso nº. : 137.405
Matéria : IRPJ - EX.: 1997
Recorrente : INCORPORADORA SÃO SIMÃO LTDA.
Recorrida : 5ª TURMA/DRJ em RECIFE/PE
Sessão de : 15 DE SETEMBRO DE 2000
Acórdão nº. : 105-14.692

PEREEMPÇÃO - O prazo para apresentação de recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes é de trinta dias a contar da ciência da decisão de primeira instância. Recurso apresentado após o prazo estabelecido, dele não se toma conhecimento, visto que a decisão já se tornou definitiva.

Recurso não conhecido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por INCORPORADORA SÃO SIMÃO LTDA.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por perempto, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

JOSE CLOVIS ALVES
PRESIDENTE

CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
RELATOR

FORMALIZADO EM: 22 SET 2004

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA, DANIEL SAHAGOFF, EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT, NADJA RODRIGUES ROMERO, IRINEU BIANCHI e JOSÉ CARLOS PASSUELLO.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 10480.015444/2001-37
Acórdão nº. : 105-14.692

Recurso nº : 137.405
Recorrente : INCORPORADORA SÃO SIMÃO LTDA.

RELATÓRIO

A contribuinte, supra identificada, foi autuada em consequência da revisão da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (DIRPJ), correspondente ao ano-calendário de 1996, exercício 1997, sendo constituído crédito tributário no valor de R\$ 90.533,10, referente ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), acrescido de multa de ofício e de juros de mora, cujos demonstrativos se encontram às fls. 03 a 12.

Nos termos do auto de infração de folhas 01/02, a exigência foi formalizada em virtude das seguintes infrações: **não-realização do lucro inflacionário acumulado e excesso de retiradas dos sócios em relação ao limite estabelecido na legislação.**

Consta do auto de infração a descrição dos fatos, o enquadramento legal e demais requisitos previstos no artigo 10 do Decreto nº 70.235/72.

Inconformada com a autuação a empresa apresentou a impugnação de folhas 46/47, argumentando, em síntese, o seguinte:

- concorda com a autuação, todavia, em virtude de esquecimento do responsável pelo preenchimento da declaração, deixou de ser considerado para efeito de compensação o saldo de prejuízos acumulados de anos-calendários anteriores no valor de R\$ 84.265,00.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 10480.015444/2001-37
Acórdão nº. : 105-14.692

- apresentou, ainda, tabela que refaz os valores da ficha 7 (Demonstração do Lucro Real) da DIRPJ do ano-calendário de 1996.

- requer, ao final, que a autoridade julgadora determine a compensação do crédito tributário constituído no presente auto de infração com créditos que lhe são devidos referentes a imposto de renda na fonte e contribuições pagos a maior, atualizados pela taxa SELIC, bem como o direito à redução de 50% (cinquenta por cento) da multa cominada no auto de infração.

O procedimento fiscal foi considerado parcialmente procedente pela 1^a Instância, que exarou decisão com a seguinte ementa:

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ano-calendário: 1996

Ementa: LANÇAMENTO SUPLEMENTAR. COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS. Observados os requisitos legais, os prejuízos fiscais podem ser utilizados para compensar o crédito tributário apurado em procedimento de ofício.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Ano-calendário: 1996

Ementa: LUCRO INFLACIONÁRIO REALIZADO E EXCESSO DE RETIRADAS. MATÉRIAS NÃO IMPUGNADAS.

Consideram-se não impugnadas as matérias que não tenham sido expressamente contestadas pela interessada.

ALEGAÇÃO. COMPROVAÇÃO.

Não têm valor as alegações desacompanhadas de documentos comprobatórios, quando for este o meio pelo qual sejam provados os fatos alegados.

Lançamento Procedente em Parte



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 10480.015444/2001-37
Acórdão nº. : 105-14.692

Irresignada com a decisão de primeira instância, a recorrente apresentou recurso voluntário, fls. 83 e seguintes, no qual requer a este Colegiado, a reforma do julgamento prolatado na instância inferior.

Em virtude de haver a efetivação do arrolamento de bens do ativo permanente da Contribuinte, restaram atendidas as disposições contidas no parágrafo 2º, do artigo 33, do Decreto nº 70.235/1972, com a redação dada pelo artigo 32, da Lei nº 10.522, de 19/07/2002, tendo a Repartição de origem encaminhado os presentes autos para a apreciação deste Colegiado, conforme despacho de fl. 91.

É o relatório.

latório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 10480.015444/2001-37
Acórdão nº. : 105-14.692

V O T O

Conselheiro CORINTHO OLIVEIRA MACHADO, Relator

QUESTÃO PRELIMINAR - PEREMPÇÃO

A contribuinte foi cientificada da decisão de primeira instância no dia 11 de agosto de 2.003, segunda feira, conforme Aviso de Recebimento constante da página 81, iniciando-se a contagem do prazo recursal em 12 de agosto, terça feira.

A contribuinte interpôs recurso contra a decisão *ad quo* em 11 de setembro de 2.003, quinta feira, conforme carimbo constante da fl. 83.

Diz o artigo 33 do Decreto 70.235/72 que rege o Processo Administrativo Fiscal:

Art. 33 - Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão. (grifamos)

Assim é que o prazo para interposição de recurso venceu no dia 10 de setembro de 2.003, quarta feira, sendo portanto o recurso apresentado em 11 de setembro do mesmo ano, intempestivo.

Considerando que a empresa não cumpriu o prazo previsto no artigo 33 do Decreto nº 70.235/72, para interposição de recurso contra a decisão do órgão julgador de primeira instância;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 10480.015444/2001-37
Acórdão nº. : 105-14.692

Considerando que em seu recurso a contribuinte não ataca a intempestividade ocorrida;

Deixo de conhecer o recurso, por perempto.

Sala das Sessões - DF, em 15 de setembro de 2004.

CORINTHO OLIVEIRA MACHADO